

# A Natureza dos Estados Mentais

Hilary Putnam

Pode-se representar as preocupações típicas do filósofo da mente com três questões:

- 1) Como sabemos que as outras pessoas têm dores?
- 2) As dores são estados cerebrais?
- 3) O que é a análise do conceito de *dor*?

Neste ensaio não pretendo discutir as questões 1) e 3). Direi algo acerca da questão 2).

## *Questões de Identidade*

«A dor é um estado cerebral?» (ou «A propriedade de ter uma dor no tempo  $t$  é um estado cerebral?»).<sup>1</sup> É impossível discutir sensatamente esta questão sem dizer algo acerca das regras peculiares que amadureceram no decorrer do desenvolvimento da «filosofia analítica» — regras que, longe de nos ajudar a pôr fim a todas as confusões conceptuais, elas próprias representam uma considerável confusão conceptual. Estas regras — que estão claramente implícitas, e não explícitas, na prática maioritária dos filósofos analíticos — são 1) que uma afirmação da forma «ser A é ser B» (por exemplo, «ser algo que está com dores é ser algo que está num certo estado cerebral») só pode estar *correcta* se, de alguma maneira, se segue do

significado dos termos *A* e *B*; 2) que uma afirmação da forma «ser *A* é ser *B*» só pode ser filosoficamente *informativa* se, de alguma maneira, for redutiva (por exemplo «ter dor é ter uma certa sensação desagradável» não é filosoficamente informativa; «ter dor é ter uma certa disposição comportamental», se for verdadeira, é filosoficamente informativa). Estas regras são excelentes se ainda acreditamos que o programa da análise redutiva (ao estilo da década de 1930) pode ser levado a cabo; se não acreditamos, então elas transformam a filosofia analítica num jogo pateta, pelo menos no que diz respeito a questões de «é».

---

<sup>1</sup> Neste ensaio quero evitar a questão controversa da relação entre *dores* e *estados de dor*. Apenas observo de passagem que um argumento comum *contra* a identificação destes dois — nomeadamente, que uma dor pode estar no braço de alguém mas um estado (do organismo) não pode estar no braço de alguém — é facilmente visto como falacioso.

---

Neste ensaio uso o termo «propriedade» como termo genérico para coisas como ter dores, ter um estado cerebral particular, ter uma disposição comportamental particular e também para magnitudes como a temperatura, etc. — isto é, para coisas que podem ser naturalmente representadas por predicados ou funtores monádicos ou poliádicos. Uso o termo «conceito» para coisas que podem ser identificadas com classes de sinonímia de expressões. Assim, o conceito *temperatura* pode ser identificado (defendo) com a classe de sinonímia da palavra «temperatura».<sup>2</sup> (Isto é como afirmar que o número 2 pode ser identificado com a classe de todos os pares. Esta é uma afirmação bastante diferente da afirmação peculiar de que 2 é a classe de todos os pares. Não defendo que os conceitos *são* classes, seja o que for que isso queira dizer, mas que podem ser identificados com classes de sinonímia, tendo em vista a formalização do discurso relevante.)

---

<sup>2</sup> Alonzo Church fez alguns comentários bem conhecidos acerca deste tópico. Estes comentários não influem (como à primeira vista se poderia supor) na identificação de conceitos com classes de sinonímia enquanto tais, mas, ao invés sustentam a perspectiva de que (em semântica formal) é necessário reter a distinção de Frege entre o uso normal e «oblíquo» das expressões. Isto é, mesmo se afirmamos que o conceito de temperatura é a classe de sinonímia da palavra «temperatura», não podemos por isso ser levados ao erro de supor que «o conceito de temperatura» é sinónimo de «a classe de sinonímia da palavra «temperatura»» — pois nesse caso «o conceito de temperatura» e «*der Begriff der Temperatur*» não seriam sinónimas, e são. Ao invés, temos de afirmar que o conceito de «temperatura» *refere* a classe de sinonímia da palavra «temperatura» (nesta reconstrução particular); mas essa classe é *identificada* não como «a classe de sinonímia a que esta e aquela palavra pertence», mas de outro modo (por exemplo, como a classe de sinonímia cujos membros têm este e aquele uso característico.)

---

A questão «O que é o conceito de *temperatura*?» é muito «engraçada». Poder-se-ia entendê-la como: «O que é a temperatura? Por favor entenda isto como uma questão conceptual.» Nesse caso uma resposta poderia ser «temperatura é calor» (suponha-se por um momento que «calor» e «temperatura» são sinónimos) ou até «o conceito de temperatura é o mesmo que o conceito de calor». Ou podia-se entendê-la como «O que são os *conceitos*, na verdade?» Por exemplo, o que é «o conceito de temperatura?» Nesse caso só Deus sabe o que seria uma «resposta». (Talvez a afirmação de que os conceitos *podem ser identificados com classes sinónimas*.)

Miguel

**Comment:** talvez melhor "entendê-la como"

Miguel

**Comment:** "suponha-se" parece-me melhor

Claro que a questão «O que é a propriedade temperatura?» é também «engraçada». E um modo de a interpretar é entendê-la como uma questão acerca do conceito de temperatura. Mas este não é o modo como um físico a entenderia.

Miguel

**Comment:** "O que é a propriedade temperatura?" sem "da", o "da" parece que estamos a falar de uma propriedade que a temperatura tem e não da própria temperatura enquanto propriedade.

O resultado de afirmar que a propriedade  $P_1$  pode ser idêntica com a propriedade  $P_2$  só se os termos  $P_1$  e  $P_2$  são «sinónimos» de algum modo adequado é, para todos os efeitos, o de reduzir ambas as noções de «propriedade» e «conceito» a uma única noção. A perspectiva de que os conceitos (intensões) *são* o mesmo que as propriedades foi explicitamente defendida por Carnap (por exemplo, em *Meaning and Necessity*). Parece uma perspectiva infeliz, uma vez que «a temperatura é a energia molecular cinética média» é aparentemente

um óptimo exemplo de uma afirmação verdadeira de identidade entre propriedades, ao passo que «o conceito de temperatura é o mesmo que o conceito de energia molecular cinética média» é simplesmente falsa.

Muitos filósofos acreditam que a afirmação «a dor é um estado cerebral» viola algumas regras ou normas do português. Mas os argumentos fornecidos são pouco convincentes. Por exemplo, se o facto de poder saber que estou com dores sem saber que estou no estado cerebral *S* mostra que a dor não pode ser o estado cerebral *S*, então, pelo mesmo argumento, o facto de poder saber que o fogão está quente sem saber que a energia molecular cinética média é elevada (ou mesmo que há moléculas) mostra que é *falso* que a temperatura seja a energia molecular cinética média, a despeito da física. Na verdade, tudo o que imediatamente se segue do facto de poder saber que estou com dores sem saber que estou no estado cerebral *S* é que o conceito de dor não é o mesmo que o conceito de estar no estado cerebral *S*. Mas quer a dor, quer o estado de estar com dores, quer alguma dor, quer algum estado de dor, podem ainda assim ser o estado cerebral *S*. Afinal, o conceito de temperatura não é o mesmo que o conceito de energia molecular cinética média. Mas a temperatura é a energia molecular cinética média.

Alguns filósofos defendem que tanto «a dor é um estado cerebral» como «os estados de dor são estados cerebrais» são ininteligíveis. A resposta é explicar a estes filósofos, tão bem como podemos, dada a vagueza de toda a metodologia científica, quais os tipos de considerações que nos levam a fazer uma redução empírica (isto é, a afirmar coisas como «a água é H<sub>2</sub>O», «a luz é radiação electromagnética», «a temperatura é a energia molecular cinética média»). Se perante tais exemplos, sem apresentar razões, alguém defende ainda que não se pode imaginar circunstâncias paralelas para o uso de «as dores são estados cerebrais» (ou, talvez, «os estados de

dor são estados cerebrais»), há fundamento para o considerar perverso.

Alguns filósofos defendem que « $P_1$  é  $P_2$ » é algo que pode ser verdadeiro, quando o «é» em causa é o «é» da redução empírica, apenas quando as propriedades  $P_1$  e  $P_2$  estão: a) associadas a uma região espaço-temporal e b) a região é a mesma nos dois casos. Assim, «a temperatura é a energia molecular cinética média» é uma redução empírica admissível, uma vez que a temperatura e a energia molecular estão associadas à mesma região espaço-temporal, mas «ter uma dor no braço é estar num estado cerebral» não o é, uma vez que as regiões do espaço em questão são diferentes.

Este argumento não parece muito forte. Seguramente ninguém se vai sentir dissuadido de afirmar que as imagens que vemos no espelho são a luz reflectida de um objecto e da superfície do espelho pelo facto de a imagem poder estar «situada» a um metro *atrás* do espelho! (Além disso, pode-se sempre encontrar *alguma* propriedade comum das reduções que se está disposto a admitir — por exemplo, «a temperatura é a energia molecular cinética média» — que não é uma propriedade de qualquer identificação que queremos rejeitar. Isto não é muito impressionante a menos que se tenha um argumento para mostrar que os próprios objectivos de tal identificação dependem da propriedade comum em questão.)

Mais uma vez, outros filósofos defenderam que todas as previsões que se pode derivar da conjunção de leis neurofisiológicas com afirmações como «os estados de dor são tais e tais estados cerebrais» podem também ser derivadas da conjunção das mesmas leis neurofisiológicas com «estar com dores correlaciona-se com tais e tais estados cerebrais» e portanto (*sic!*) não pode haver quaisquer razões metodológicas para afirmar que as dores (ou os estados de dor) *são* estados cerebrais, em vez de afirmar que se *correlacionam*

(invariavelmente) com estados cerebrais. Também este argumento mostraria que a luz apenas se correlaciona com a radiação electromagnética. O erro está em ignorar o facto de que, embora as teorias em questão possam, com efeito, levar às mesmas previsões, elas abrem e excluem *questões* diferentes. «A luz correlaciona-se invariavelmente com a radiação electromagnética» deixaria em aberto as questões: «O que é então a luz, se não é o mesmo que a radiação electromagnética?» e «O que faz que a luz acompanhe a radiação electromagnética?» — questões que se exclui ao afirmar que a luz é a radiação electromagnética. De igual modo, o propósito de afirmar que as dores são estados cerebrais é precisamente o de esvaziar de significado empírico as questões «O que é então a dor, se não é o mesmo que o estado cerebral?» e «O que faz que a dor acompanhe o estado cerebral?» Se há razões para sugerir que estas questões representam, por assim dizer, o modo errado de olhar para o assunto, então essas são razões para identificar teoricamente dores e estados cerebrais.

Se todos os argumentos em contrário não são convincentes, concluiremos que a afirmação, seja a de que as dores são estados cerebrais, seja a de que os estados de dor são estados cerebrais, tem significado (e que é talvez verdadeira)?

- 1) Faz todo o sentido (não viola qualquer «regra do português», não implica qualquer «extensão de uso») afirmar que «as dores são estados cerebrais».
- 2) Não faz sentido (implica uma «mudança de significado» ou «uma extensão de uso», etc.) afirmar que «as dores são estados cerebrais».

A minha própria posição não se exprime nem por 1) nem por 2). Parece-me que as noções de «mudança de significado» e de «extensão de uso» são simplesmente tão mal definidas que de facto não se pode afirmar *nem* 1) *nem* 2). Não vejo razão para acreditar que quer o

linguista, quer o homem da rua, quer o filósofo, tenham hoje uma noção de «mudança de significado» que seja aplicável a casos como o que temos vindo a discutir. A *tarefa* para a qual a noção de mudança de significado foi desenvolvida na história da linguagem era simplesmente uma tarefa *muito* mais rudimentar que esta.

Mas, se não afirmamos nem 1) nem 2) — por outras palavras, se consideramos neste caso a questão da «mudança de significado» como uma pseudo-questão — então como vamos discutir a questão com a qual começámos? «A dor é um estado cerebral?»

A resposta é permitir afirmações da forma «a dor é *A*», em que «dor» e «*A*» não são de modo algum sinónimos, e ver se podemos encontrar qualquer afirmação semelhante, que seja admissível à luz de razões empíricas e metodológicas. É isto o que vamos agora fazer.

### *A Dor é um Estado Cerebral?*

Passamos então a discutir «A dor é um estado cerebral?». E concordámos em adiar a questão da «mudança de significado».

Uma vez que não estou a discutir aquilo a que o conceito de dor se reduz, mas o que a dor é, num sentido de «é» que requer uma construção teórica empírica (ou, pelo menos, especulação empírica), não vou desculpar-me por apresentar uma hipótese empírica. Com efeito, a minha estratégia será argumentar que a dor *não* é um estado cerebral, não por razões *a priori*, mas pela razão de que há outra hipótese mais plausível. O desenvolvimento e verificação detalhados da minha hipótese seriam uma tarefa tão utópica como o desenvolvimento e verificação detalhados da hipótese dos estados cerebrais. Mas há muito que o apresentar, não de hipóteses detalhadas e cientificamente «acabadas», mas de esquemas para hipóteses, é uma função da filosofia. Em resumo, argumentarei que a dor não é um estado cerebral, no sentido de um estado físico-químico do cérebro

(ou mesmo de todo o sistema nervoso), mas um *tipo* inteiramente diferente de estado. Proponho a hipótese de que a dor, ou o estado de estar com dores, é um estado funcional de todo o organismo.

Para explicar isto é necessário introduzir algumas noções técnicas. Expliquei em ensaios anteriores a noção de uma máquina de Turing e discuti o uso desta noção como modelo de um organismo. A noção de autómato probabilístico é definida de modo similar a uma máquina de Turing, excepto em permitir-se que as transições entre «estados» tenham diversas probabilidades em vez de serem «deterministas». (Claro que uma máquina de Turing é simplesmente um tipo especial de autómato probabilístico, que tem transições de probabilidade 0,1). Vou pressupor que a noção de um autómato probabilístico foi generalizada para permitir «*inputs* sensoriais» e «*outputs* motores» — isto é, a tabela de máquina específica, para cada combinação possível de um «estado» e um conjunto completo de «*inputs* sensoriais», uma «instrução» que determina a probabilidade do próximo «estado» e também as probabilidades dos «*outputs* motores». (Isto substitui a ideia da máquina que faz impressões numa fita.) Pressuporei também que a realização física dos órgãos dos sentidos responsáveis pelos diversos *inputs* e pelos órgãos motores é especificada, mas que os «estados» e os «*inputs*» são eles próprios, como habitual, especificados apenas «implicitamente» — isto é, pelo conjunto de probabilidades de transição dado pela tabela de máquina.

Uma vez que um sistema empiricamente dado pode simultaneamente ser uma «realização física» de muitos autómatos probabilísticos diferentes, introduzo a noção de *descrição* de um sistema. Uma descrição de  $S$  em que  $S$  é um sistema, é qualquer frase verdadeira para o efeito de que  $S$  tem estados distintos  $S_1, S_2, \dots, S_n$  que se relacionam entre si e com os *outputs* motores e *inputs* sensoriais pelas probabilidades de transição dadas nesta ou naquela tabela de máquina. A tabela de máquina mencionada na descrição será então denominada organização funcional de  $S$  relativamente àquela descrição, e o  $S_i$  tal que  $S$  está no estado  $S_i$  num dado momento

Miguel

Comment: "nesta ou naquela"

Miguel

Comment: "momento" ou "instante"



chamar-se-á o estado total de  $S$  (nesse momento) relativamente à descrição. Devia notar-se que conhecer o estado total de um sistema relativamente a uma descrição implica saber bastante acerca de como é provável que o sistema se «comporte», dadas diversas combinações de *inputs* sensoriais, mas *não* implica conhecer a realização física dos  $S_i$  como, por exemplo, os estados físico-químicos do cérebro. Mais uma vez, os  $S_i$  são especificados apenas *implicitamente* pela descrição — isto é, especificados *apenas* pelo conjunto de probabilidades de transição dadas na tabela de máquina.

Miguel

Comment: idem,

A hipótese de que «estar com dores é um estado funcional do organismo» pode agora ser apresentada de modo explícito, exactamente como se segue:

- 1- Todos os organismos capazes de sentir dor são autómatos probabilísticos.
- 2- Todos os organismos capazes de sentir dor têm pelo menos uma descrição de um certo tipo (isto é, ser capaz de sentir dor é ter um tipo adequado de organização funcional).
- 3- Nenhum organismo capaz de sentir dor pode ser decomposto em partes que tenham separadamente descrições do tipo referido em 2.
- 4- Para cada descrição do tipo referido em 2 há um subconjunto de *inputs* sensoriais tal que um organismo com essa descrição está com dores se e só se alguns dos seus *inputs* sensoriais estão naquele subconjunto.

Esta hipótese é reconhecidamente vaga, embora não seja seguramente mais vaga que a hipótese do estado cerebral na sua forma presente. Por exemplo, gostaríamos de saber mais acerca do tipo de organização funcional que um organismo tem de ter para ser capaz de sentir dor e mais acerca das marcas que distinguem o subconjunto dos *inputs* sensórios referidos em 4. No que diz respeito à primeira questão, pode-se provavelmente afirmar que a organização

funcional tem de incluir algo que se assemelhe a uma «função de preferência», ou pelo menos a uma ordenação parcial de preferência, algo que se assemelhe a uma «preferência de função» e algo que se assemelhe a uma «lógica indutiva» (isto é, a máquina tem de ser capaz de «aprender com a experiência»). Além disso, parece natural exigir que a máquina tenha «sensores de dor», isto é, órgãos sensoriais que normalmente assinalam os estragos provocados ao corpo da máquina, temperaturas perigosas, pressões, etc., que transmitem um subconjunto especial dos *inputs*, o subconjunto referido em 4. Finalmente, e no que diz respeito à segunda questão, **requereríamos** que pelo menos os *inputs* no subconjunto distinto tivessem um elevado desvalor na função de preferência ou ordenação da máquina (**discute-se condições adicionais** no artigo «The mental life of some machines»). O objectivo da condição 3 é o de excluir «organismos» (se os podemos considerar assim) como enxames de abelhas, como sujeitos individuais de dor. A condição 1 é obviamente redundante, e só foi introduzida por razões de exposição. (É, com efeito, vazia, uma vez que, de acordo com *alguma* descrição, tudo é um autómato probabilístico).

Defendo, de passagem, que esta hipótese, apesar da sua reconhecida vagueza, é muito *menos* vaga do que a hipótese do «estado físico-químico» hoje é, e muito mais susceptível de investigação tanto de tipo matemático como de tipo empírico. Com efeito, investigar esta hipótese é apenas tentar produzir modelos «mecânicos» de organismos — e não é disto, em certo sentido, que trata a psicologia? Claro que o passo difícil será o de passar de modelos de organismos *específicos* para uma *forma normal*, para a descrição psicológica dos organismos — pois é isto o que se exige para tornar 2 e 4 precisos. Mas também isto parece ser uma parte inevitável do programa da psicologia.

Vou agora comparar a hipótese acabada de apresentar com a) a hipótese de que a dor é um estado cerebral e b) a hipótese de que a dor é uma disposição comportamental.

Miguel

**Comment:** algo tipo “iríamos requerer”

Paulo Martins 08/6/3 14:16

**Comment:** “iríamos requerer” é desperdício de palavras. Pões o verbo “ir” no mesmo tempo verbal em que não queres por “requerer”. Sabes o que é isto? Estamos tão habituados a ouvir o phrasal verb (duas palavras) nos mass media que até os nossos tempos verbais nos soam mal (“falta” ali uma palavra ou um som). Há que combater isto. Não faz sentido. Se insistimos em falar português convém fazê-lo. Caso contrario, sejamos coerentes e mudemos de uma só vez para o inglês.

Paulo Martins 08/6/3 14:19

**Comment:** Não há razão ali para uma construção passiva. Mais uma vez, uma questão de hábito. E não podes por “discutem-se” porque as condições não se discutem a si próprias. O verbo é impessoal, como “chove”, logo pede a 3ª pessoa do sing.

Miguel

**Comment:** eliminart e substituir por “condições adicionais são discutidos no artigo “The mental life of some machines”

## *Estado Funcional versus Estado Cerebral*

Pode-se talvez perguntar se não estou de algum modo a ser injusto ao considerar que o defensor da teoria do estado cerebral fala de estados *físico-químicos* do cérebro. Contudo, a) estes são os únicos tipos de estado até agora mencionados pelos defensores da teoria do estado cerebral. b) O defensor da teoria do estado cerebral normalmente menciona (com um certo orgulho, que faz lembrar um pouco o *ateu de aldeia*) a incompatibilidade da sua hipótese com todas as formas de dualismo e de mentalismo. Isto é natural se o que está em questão são os estados físico-químicos do cérebro. Contudo, os estados funcionais de sistemas inteiros são algo de muito diferente. Em particular, a hipótese do estado funcional *não* é incompatível com o dualismo! Embora se subentenda que a hipótese é de inspiração «mecanicista», é um facto um tanto ou quanto extraordinário que um sistema que consiste num corpo e numa «alma», se há tais coisas, possa perfeitamente ser um autómato probabilístico. c) Um argumento apresentado por Smart é o de que a teoria do estado cerebral pressupõe apenas propriedades «físicas» e Smart considera ininteligível «propriedades *afísicas*». Os estados totais e os «*inputs*» definidos acima não são, obviamente, nem mentais nem físicos *per se* e não consigo imaginar que um funcionalista apresente este argumento. d) Se o teorizador do estado mental se refere efectivamente a (ou pelo menos aceita) outros estados que não os estados físico-químicos, então a sua hipótese é completamente vazia, pelo menos até especificar a *que* tipo de «estados» se *refere* efectivamente.

Considerando deste modo a hipótese do estado cerebral, então, que razões há para preferir a hipótese do estado funcional à hipótese do estado cerebral? Considere-se o que o defensor da teoria do estado cerebral tem de defender para que as suas afirmações sejam adequadas. Tem de especificar um estado físico-químico tal que

Miguel

**Comment:** village atheist. Tem uma força muito própria em inglês e refere em parte ao orgulho militante, e pensamento avançado em relação aos conterrâneos. Ateu de aldeia não capta nada disto. Acho eu! Não temos uma expressão mais forte?

Miguel

**Comment:** "não físicas"

Paulo Martins 08/6/3 14:45

**Comment:** Uma coisa curiosa: os lexicógrafos limitam-se a registar os usos. O que significa que se nós começamos a usar as palavras cuja construção faz sentido, os gajos começam a registar e o sentimento de bizzarria desaparece. Não o fazer só contribui para manter as coisas como estão e perder terreno para os heideggerianos, pois eles não têm pejo em usar as porcarias que lhes apetece e os seus usos são depois registados pelos lexicógrafos. A mania de usar "problemática" como substantivo começou assim pá. Dá-me um bom argumento (que não tenha a ver com hábitos auditivos) para não podermos construir "afísicas" quando construímos palavras como "afásico", tendo em conta que "não" não é um prefixo verdadeiro, não é o equivalente a "un". Esse equivalente é o "a" que vem da negação grega. Não dizemos "não fásico" e sim "afásico". Pensa na economia desta construção: "será que o mundo físico é afísicamente causado?" (será que há causas sobrenaturais?) Bolas é prefeito. Como é que nos comprometemos com a ideia de reformar os hábitos de cão da nossa língua e depois recuamos sempre que é preciso fazê-lo? Há que haver alguma ousadia aqui, bolas. Senão estamos sempre a perder para os continentais, que não têm vergonha de o fazer. Vou insistir no "afísicas".

*qualquer* organismo (não apenas um mamífero) está com dores se e só se a) tem um cérebro com uma estrutura físico-química adequada; e b) o seu cérebro está nesse estado físico-químico. Isto significa que o estado físico-químico em questão tem de ser um estado possível de um cérebro de mamífero, um cérebro de réptil, um cérebro de molusco (os octópodes são moluscos e sentem seguramente dor), etc. Ao mesmo tempo, *não* pode ser um estado cerebral possível (fisicamente possível) de qualquer criatura fisicamente possível incapaz de sentir dor. Mesmo se pudermos encontrar tal estado, tem de ser nomologicamente certo que será também um estado do cérebro de qualquer vida extraterrestre que possa ser encontrada e que seja capaz de sentir dor antes mesmo de podermos considerar a suposição de que isso possa *ser* dor.

Não é de todo em todo impossível que tal estado seja encontrado. Apesar de os octópodes e os mamíferos serem exemplos de evolução paralela (em vez de sequencial), por exemplo, evoluíram estruturas (fisicamente falando) praticamente idênticas no olho do octópode e no olho do mamífero, não obstante o facto de que este órgão evoluiu a partir de tipos diferentes de células nos dois casos. Assim, é pelo menos possível que em todo o universo a evolução paralela possa levar *sempre* a *um único* «correlato» físico da dor. Mas esta é seguramente uma hipótese ambiciosa.

Por fim, a hipótese torna-se ainda mais ambiciosa quando nos apercebemos que o defensor da teoria do estado cerebral não está apenas a afirmar que a *dor* é um estado cerebral; está, obviamente, preocupado em defender que *todos* os estados psicológicos são estados cerebrais. Assim, se pudermos encontrar um só predicado psicológico que se possa claramente aplicar quer a um mamífero quer a um octópode (por exemplo, «faminto»), mas cujo «correlato» físico-químico é diferente nos dois casos, a teoria do estado cerebral desmorona-se. Parece-me esmagadoramente provável que o possamos fazer. É certo que nesse caso o defensor da teoria do estado cerebral se pode salvar com suposições *ad hoc* (por exemplo, definindo a

disjunção de dois estados de modo a fazer dela um único «estado físico-químico»), mas isto não tem de ser levado a sério.

Voltando-nos agora para as considerações *a favor* da teoria do estado funcional, comecemos pelo facto de que identificamos os organismos que estão com dores, famintos, zangados, com o cio, etc., através do seu *comportamento*. Mas é um truísmo que as semelhanças no comportamento de dois sistemas sejam no mínimo uma razão para desconfiar de semelhanças na organização funcional dos dois sistemas e uma razão muito *mais fraca* para desconfiar de semelhanças nos detalhes físicos efectivos. Além disso, esperamos que os diversos estados psicológicos — pelo menos os básicos, como a fome, sede, agressão, etc. — tenham «probabilidades de transição» mais ou menos semelhantes (dentro de limites amplos e mal definidos, sem dúvida) entre si e o comportamento no caso de espécies diferentes, porque isto é um artefacto do modo pelo qual identificamos estes estados. Assim, não consideraríamos um animal *sedento* se o seu comportamento «insaciado» não parecesse direccionado para o beber e não fosse seguido por «saciedade com líquido». Assim, qualquer animal que consideramos capaz destes diversos estados pelo menos *parecerá* ter um certo tipo grosseiro de organização funcional. E, como já foi observado, se o programa de encontrar leis psicológicas que não sejam específicas da espécie — isto é, de encontrar uma forma normal para as teorias psicológicas de diferentes espécies — alguma vez for bem-sucedido, então trará na sua esteira um delineamento do tipo de organização funcional que é necessária e suficiente para um dado estado psicológico, como também uma definição precisa da noção de «estado psicológico». Por contraste, o defensor da teoria do estado cerebral tem de esperar pelo eventual desenvolvimento de leis neurofisiológicas que sejam independentes da espécie, o que parece muito menos razoável do que a esperança de que as leis psicológicas (de um tipo suficientemente geral) possam ser independentes da espécie, ou, pior ainda, que se possa encontrar uma

*forma* independente da espécie na qual se possa inscrever leis psicológicas.

### *Estado funcional versus disposição comportamental*

A teoria de que estar com dores não é nem um estado cerebral nem um estado funcional mas uma disposição comportamental tem uma vantagem aparente: parece concordar com o modo como verificamos que os organismos estão com dores. Na prática não sabemos seja o que for acerca do estado cerebral de um animal quando afirmamos que está com dores; e temos pouco ou nenhum conhecimento da sua organização funcional, excepto num sentido grosseiro e intuitivo. Com efeito, porém, esta «vantagem» não é de todo em todo uma vantagem: pois embora as afirmações acerca de como verificamos que  $x$  é  $A$  possam ter bastante a ver com o modo como entendemos o conceito de ser  $A$ , tem muito pouco a ver com o que a propriedade  $A$  é. Argumentar com base nisto: que a dor nem é um estado cerebral nem um estado funcional, é como argumentar que o calor não é a energia molecular cinética média a partir do facto de que as pessoas comuns não averiguam (pensam eles) a energia molecular cinética média de algo quando constatarem que está quente ou frio. Não é necessário que o fizessem; o que é necessário é que os sinais que elas consideram ser indícios de calor sejam com efeito explicados pela energia molecular cinética média. E de igual modo, é necessário para a nossa hipótese que os sinais tomados como indícios comportamentais de dor sejam explicados pelo facto de que o organismo é um estado funcional do tipo apropriado, mas não que os falantes *saibam* que isto é o caso.

As dificuldades com as explicações baseadas na «disposição comportamental» são tão bem conhecidas que pouco mais farei aqui que as relembrar. A dificuldade — com efeito, parece ser mais que uma «dificuldade» — em especificar a disposição comportamental exigida de outra maneira que não «a disposição de  $X$  em comportar-se

Miguel

**Comment:** Faltava este texto, de nova secção

Paulo Martins 08/6/3 14:46

**Comment:** As vezes a passar do mac para o Windows o gajo come alguns titulos por não ter a fonte no sistema. Mas aqui não devia acontecer, pois é times new roman. Oh wellll...

como se X estivesse com dores» é a principal, claro. Por contraste, podemos especificar o estado funcional com que nos propomos identificar a dor, pelo menos de modo rudimentar, sem usar a noção de dor. Nomeadamente, o estado funcional que temos em mente é o estado de receber *inputs* sensoriais que desempenham um certo papel na organização funcional do organismo. Este papel caracteriza-se, pelo menos parcialmente, pelo facto de que os órgãos sensoriais responsáveis pelos *inputs* em questão são órgãos cuja função é detectar danos provocados ao corpo, ou níveis extremos perigosos de temperatura, pressão, etc., e pelo facto de que os próprios «*inputs*», independentemente da sua realização física, representam uma condição a que o organismo atribui um desvalor elevado. Como sublinhei em «The mental life of some machines», isto *não* significa que a máquina irá sempre *evitar* estar na condição em questão («dor»); significa apenas que a condição será evitada a menos que seja necessário não a evitar para atingir algum objectivo mais valorizado. Uma vez que o comportamento da máquina (neste caso, um organismo) não dependerá apenas dos *inputs* sensoriais, mas também do estado total (isto é, de outros valores, crenças, etc.), parece inútil fazer qualquer afirmação geral acerca de como um organismo em tal condição *tem* de se comportar; mas isto não significa que temos de desistir de caracterizar a condição. Com efeito, acabámos de o fazer.

Não só a teoria da disposição comportamental parece irremediavelmente vaga; se o «comportamento» referido é comportamento periférico e os estímulos relevantes são estímulos periféricos (por exemplo, não afirmamos seja o que for acerca do que o organismo fará se o seu cérebro for alterado), então a teoria parece ser claramente falsa. Por exemplo, dois animais com todos os nervos motores cortados terão o mesmo «comportamento» efectivo e potencial (nomeadamente, nenhum de que possamos falar); mas se um tem as fibras de dor cortadas e o outro tem fibras de dor sem cortes, então um sentirá dor e o outro não. (Alguns filósofos

Miguel

**Comment:** dado o que se segue, "manipulado" ou no sentido de possível danificação ou modificação parece mais adequado, mas tem conexões mais fortes

defendem que este último caso é conceptualmente impossível, mas o único indício disto parece ser que *esses filósofos* não podem, ou não querem, concebê-lo). Se, ao invés da dor, tomamos alguma sensação cuja «expressão corporal» é mais fácil de suprimir — por exemplo, uma ligeira frescura no dedo mínimo esquerdo — o caso torna-se ainda mais claro.

Por fim, mesmo se *houvesse* alguma disposição comportamental invariavelmente correlacionada com a dor (independentemente da espécie!) e especificável sem usar o termo «dor», seria ainda assim mais plausível identificar o estar com dores com algum estado cuja presença *explica* esta disposição comportamental — o estado cerebral ou estado funcional — do que com a própria disposição comportamental. Tais considerações de plausibilidade podem ser algo subjectivas; mas se tudo o mais se *mantivesse* (claro que não se mantém) por que não permitiríamos que as considerações de plausibilidade desempenhassem o papel decisivo?

### *Considerações Metodológicas*

Até agora apenas considerámos o que se podia chamar razões «empíricas» para afirmar que estar com dores é um estado funcional, ao invés de um estado cerebral ou de uma disposição comportamental; nomeadamente, que parece mais provável o estado funcional que descrevemos estar invariavelmente «correlacionado» com a dor, independentemente da espécie, do que haver quer um estado físico-químico do cérebro (um organismo tem de ter *cérebro* para ter dor? Talvez alguns gânglios bastem) ou uma disposição comportamental correlacionados desse modo. Se isto está correcto, então segue-se que a identificação que propomos é no mínimo uma candidata a consideração. E quanto às considerações metodológicas?

As considerações metodológicas são *grosso modo* similares em todos os exemplos de redução, de modo que aquí não nos aguardam

Miguel

Comment: não há aqui



surpresas. Em primeiro lugar, a identificação de estados psicológicos com estados funcionais significa que se pode derivar as leis da psicologia a partir de afirmações da forma «tais e tais organismos têm tais e tais descrições» juntamente com as afirmações de identificação («estar com dores é tal e tal estado funcional», etc.) Em segundo lugar, a presença do estado funcional (isto é, de *inputs* que desempenham o papel que descrevemos na organização funcional do organismo) não é meramente «correlacionada com» mas efectivamente explica o comportamento de dor por parte do organismo. Em terceiro lugar, a identificação serve para excluir questões que (se uma perspectiva naturalista é a correcta) representam um modo completamente incorrecto de olhar para o assunto, por exemplo, «O que é a dor se não é o estado cerebral nem o estado funcional?» e «O que faz que a dor seja sempre acompanhada por este tipo de estado funcional?» Resumindo, a identificação deve ser aceite a título provisório como uma teoria que leva tanto a previsões frutíferas como a *questões* frutíferas e que serve para desencorajar questões infrutíferas e empiricamente insensatas, sendo que por «empiricamente insensata» entendo «insensata» não apenas do ponto de vista da verificação, mas do ponto de vista do que efectivamente é.